

2024

Danielle de Oliveira Barradas

**DA (IR)RETROATIVIDADE
DA LEI 14.230/21**

**EDITORA
CEI**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Delimitação e importância do tema	7
1.2 Metodologia	7
1.3 Objeto do estudo.....	8
2 DO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR.....	9
2.1 Conceito	9
2.2 Direito administrativo sancionador no direito comparado	16
2.3 Princípios Constitucionais do Direito Administrativo Sancionador	20
2.3.1 Aplicação dos princípios do direito administrativo sancionador ao microsistema de improbidade administrativa	31
2.3.1.1 <i>Da natureza da ação de improbidade administrativa</i>	31
2.3.1.2 <i>(In)compatibilidade do direito administrativo sancionador com a improbidade</i>	38
3 DO MICROSSISTEMA ANTICORRUPÇÃO	43
3.1 Do direito fundamental à probidade administrativa	43
3.2 Das normas protetivas da probidade	51
3.3 Da vedação ao retrocesso e da proibição da proteção insuficiente	58
3.4 Da inconveniência	61
4 DA (IR)RETROATIVIDADE DA LEI 14.230/2021	71
4.1 Das alterações na lei de improbidade pela Lei 14.230/2021.....	71
4.2 Da (ir)retroatividade da Lei 14.230/2021	87
4.3 Da decisão do STF no Recurso Extraordinário com Agravo nº 843.989.....	108
CONCLUSÃO	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137